

REQUERIMENTO Nº 014 /2026

Senhor Presidente,

O Vereador Rodrigo Santana, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 31 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e nas disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Fidélis, especialmente no que concerne ao exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, **REQUER**, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando **informações acerca da situação funcional, da carga horária atualmente praticada e da eventual possibilidade de ampliação da jornada de trabalho dos mediadores escolares da rede municipal de ensino, bem como o encaminhamento de resposta aos questionamentos abaixo elencados:**

Questionamentos:

- 01 - Qual é o número total de mediadores escolares atualmente em exercício na rede municipal de ensino de São Fidélis-RJ?**
- 02 - Quantos desses profissionais estão lotados em escolas da zona urbana e quantos na zona rural?**
- 03 - Qual é o regime jurídico de contratação desses mediadores (contrato temporário, processo seletivo simplificado, terceirização ou concurso)?**
- 04 - Qual é a carga horária semanal atualmente atribuída aos mediadores escolares da rede municipal?**
- 05 - Qual é o valor da remuneração mensal média percebida por esses profissionais, bem como os eventuais adicionais ou benefícios vinculados ao exercício da função?**
- 06 - Existe estudo técnico, administrativo ou pedagógico por parte da Secretaria Municipal de Educação avaliando a possibilidade de ampliação da carga horária dos mediadores escolares, com consequente adequação remuneratória?**
- 07 - Caso exista tal estudo, requer-se o envio de cópia integral do referido documento.**

08 - Caso não exista estudo nesse sentido, questiona-se se há planejamento da Administração Municipal para avaliar a viabilidade da ampliação da carga horária desses profissionais.

09 - A Administração Municipal entende haver viabilidade jurídica e orçamentária para eventual ampliação da carga horária dos mediadores escolares?

10 - Em caso positivo, solicita-se informar quais medidas administrativas ou legislativas seriam necessárias para implementação dessa ampliação.

11 - Existe previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou no Plano Plurianual (PPA) que possibilite eventual ampliação da jornada desses profissionais?

12 - A Secretaria Municipal de Educação possui levantamento indicando quantidade de alunos que necessitam de acompanhamento por mediadores, especialmente alunos com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

13 - Em caso positivo, solicita-se informar quantos alunos atualmente necessitam de acompanhamento individualizado por mediador escolar.

14 - A atual quantidade de mediadores e a carga horária atribuída a esses profissionais atende integralmente à demanda existente na rede municipal de ensino?

15 - Há previsão de realização de novo processo seletivo ou contratação de mediadores escolares para suprir eventual déficit desses profissionais na rede municipal?

Atenciosamente,

Sala das Sessões, São Fidélis, 16 de março de 2026.



Rodrigo Santana
Vereador

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade exercer a função fiscalizatória do Poder Legislativo, buscando informações acerca da situação funcional e das condições de trabalho dos mediadores escolares que atuam na rede municipal de ensino.

Esses profissionais desempenham papel fundamental no acompanhamento pedagógico e na inclusão escolar de alunos com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA), garantindo a efetividade das políticas públicas de educação inclusiva previstas na Constituição Federal, na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na legislação educacional vigente.

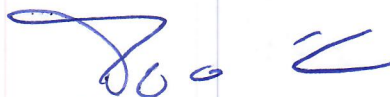
Dessa forma, torna-se necessário verificar se há viabilidade administrativa, jurídica e orçamentária para eventual ampliação da carga horária desses profissionais, medida que poderia contribuir para melhoria das condições de trabalho e valorização da função, bem como para o fortalecimento do atendimento educacional especializado no município.

Diante da relevância da função desempenhada pelos mediadores escolares e das informações de que a remuneração atualmente percebida por esses profissionais se encontra em patamar reduzido, torna-se necessário verificar se há possibilidade de ampliação da carga horária e eventual valorização desses trabalhadores, medida que pode contribuir para o fortalecimento da educação inclusiva no município.

Assim, o presente requerimento visa obter esclarecimentos formais da Administração Pública, permitindo ao Poder Legislativo acompanhar e fiscalizar as políticas públicas voltadas à inclusão educacional no âmbito municipal.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, São Fidélis, 16 de março de 2026.



Rodrigo Santana
Vereador